

Hora da verdade

Pipocam pela Câmara dos Deputados variadas iniciativas no sentido de agilizar o processo de cassação de mandatos parlamentares. Nenhuma delas tem o condão de apressar o julgamento político dos parceiros do Orçamento. Todas precisam submeter-se à complicada e demorada tramitação, tanto para restringir algumas das prerrogativas constitucionais que constituem imunidade indevida como para

acelerar o rito processual que pode culminar com a perda do mandato e dos direitos políticos. Isso posto, é imperativo distinguir entre a necessidade de reformar a Constituição e as leis para que os costumes possam ser mais bem fiscalizados e a coerção funcione pedagogicamente e a necessidade de levar os homens, que manipularam o Orçamento da União em ilícito e imoral proveito próprio e de terceiros, a um justo castigo.

Se às duas questões forem vinculadas, muito provavelmente a Nação assistirá, estarrecida, a mais um episódio de impunidade. A Câmara dos Deputados tem uma tradição de leniência diante dos crimes comuns cometidos por seus membros. Existem hoje 62 pedidos de licença para processar deputados federais, feitos pelo Supremo Tribunal Federal, à espera de deliberação. E, a menos que a CPI do Orçamento sacuda consciências e o medo da indignação popular doa na boca do estômago dos deputados, eles continuarão convivendo indefinidamente com 62 colegas que o manto da imunidade arreda da Justiça. São tão relaxados os nossos representantes com coisas ligadas à moral e o respeito às leis que, em pleno escândalo do Orçamento, tardaram em reunir número para examinar na Comissão de Justiça o pedido para processar o notório Nobel Moura por outros crimes que não o da compra de mandatos para o PSD.

O presidente da Câmara dos Deputados chamou a si a tarefa de apresentar, no início da revisão constitucional, um elenco de medidas destinadas a simplificar os procedimentos para perda de mandato e a impedir que os réus de julgamento político escapem do castigo da perda de direitos po-

líticos pela via da renúncia ao mandato e conseqüente extinção do processo. Ora, o Congresso se debate em dúvidas bizantinas sobre a revisão constitucional e se o presidente da Câmara pretende esperar pela reforma da Carta pa-

ra estabelecer critérios moralizadores, melhor será que nos acomodem confortavelmente para a longa espera. O presidente da Câmara, por causa do cargo, terá a necessária ascendência sobre os

líderes de partidos para forçar, em assim o querendo, a abertura dos caminhos regimentais e constitucionais que levem ao tratamento urgentíssimo de uma questão que está arruinando a credibilidade da instituição parlamentar e reduzindo a lama ressequida a reputação desta legislatura?

A CPI do Orçamento tem prazo certo para terminar suas investigações. O que se espera é que, tão pronto as conclusões sejam divulgadas, se inicie, com a urgência que a indignação nacional requer, o processo de cassação dos mandatos e de inabilitação política de todos aqueles parlamentares que tomaram o que não lhes pertencia, favoreceram a espoliação do patrimônio público e, ferindo o decoro devido à função, conspurcaram o mandato conferido pelo povo.

O Congresso está empenhado em uma corrida contra o tempo. Todas as reservas de tolerância, todo o reconhecimento e consideração acumulados pelo Legislativo ao tempo em que as resistências ao autoritarismo tinham no Congresso um de seus focos mais importantes — tudo isso já se esgotou nas sucessivas aventuras que deputados e senadores vêm protagonizando desde a vergonhosa negociação que deu ao então presidente José Sarney um ano extra de mandato. Qualquer coisa melhor que o sugerido acima, qualquer manobra protelatória, não importa que pintada de boas intenções e garantias de seriedade, será vista como mais uma manifestação do compadrio que garante a impunidade. É bom que deputados e senadores percebam, desde já, que o que está em jogo na CPI do Orçamento não é o destino de meia dúzia de sacripantas: é o futuro da instituição parlamentar.

Não há processos mágicos contra os "anões", mas é preciso que o Congresso corte a própria carne

ESTADO DE SÃO PAULO 2661 NOV 02